

APRESENTAÇÃO

A revista *Ruris*, neste número, apresenta uma seção temática sobre quilombos, trazendo textos que compõem parte da diversidade de olhares envolvidos na temática, nos estudos e abordagens que analisam a questão quilombola. Os textos nos convidam a percorrer, informados pela antropologia, sociologia, história, economia e ciências sociais, contextos diversos de lutas pelo reconhecimento dos direitos dos quilombolas.

Este número é resultado, em grande medida, de um diálogo que se intensificou nos últimos dez anos após a promulgação do decreto n. 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. No entanto, a questão quilombola percorre há longo tempo o imaginário da nação, assumindo relevância desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e chegando à República.

Do ponto de vista das ciências sociais, as definições para quilombos, quilombolas e remanescentes de quilombo são amplas e variáveis, alternando de acordo com a perspectiva de quem as elabora e com qual finalidade o faz. Nesta seção temática os autores trabalham com a categoria já em seu significado *ressemantizado*. A opção dos autores permite que se perceba (1) que os grupos que se autorreconhecem como “remanescentes de quilombo” ou quilombola estão engajados em um processo para a efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direito, e (2) nesse processo se afirma a diversidade histórica e a especificidade de cada grupo.

A opção pelo significado ressemantizado adotado pelos autores desta seção temática percorreu um longo caminho temporal e discursivo e deve ser entendida como uma dentre várias leituras possíveis sobre o tema.

Os quilombos que nos são apresentados nos artigos a seguir não são apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. Eles são *comunidades* e enquanto tais passam a ser unidades vivas, *locus* de produção material e simbólica. Ainda que se valham em alguns momentos de generalizações, os textos procuram evidenciar a inexistência de uma suposta unicidade entre os quilombos; antes, eles devem ser considerados em suas especificidades, cada grupo com suas características próprias.

O artigo de Marcelo Moura Mello trata das narrativas dos quilombolas de Cambará – comunidade localizada no limite entre os municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul (RS) – e as apresenta junto a documentos históricos dessa região do Rio Grande do Sul. Se, por um lado, o método de colocar em relação história e memória não é algo inédito, a articulação feita pelo autor valoriza as categorias locais e desse modo a história é apresentada em seu aspecto vivo, como parte da luta dos quilombolas em torno da construção de sua identidade étnica, de modo a valorizar as categorias nativas, como fica claro no tratamento dado ao material etnográfico, que retrata a especificidade do grupo estudado no quadro geral de trabalhos sobre comunidades quilombolas.

O artigo de Osvaldo Martins de Oliveira aborda, a partir de um conjunto de dados, o contexto no qual (re)emergem os quilombos no Espírito Santo. O autor recupera historicamente os processos de identificação étnica no estado; o embate político em torno da categoria de “quilombo”; a relação entre saberes locais, práticas culturais e a construção pública de uma identidade política diferenciada; os desafios postos pela pressão de grupos políticos e econômicos contrários aos quilombos na região. A opção do autor por uma leitura mais “sociológica” do tema nos permite contextualizar os processos de conflitos sociais e de tomada de consciência étnica que se reatualizam, sem perder de vista sua inserção em um processo de longa duração histórica.

Para tanto o autor articula narrativas oriundas da oralidade/memória e da historiografia/dos documentos oficiais, tendo como foco a conexão entre as lutas atuais dos quilombolas e o pioneirismo político de antigas lideranças “encantadas”.

Já o texto de Emmanuel de Almeida Farias Júnior, “Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas”, apresenta uma rica análise histórica e etnográfica envolvendo duas comunidades quilombolas do Vale do Guaporé, situadas no estado de Rondônia. O autor dialoga com a noção de situação colonial, de Balandier e com as reflexões de João Pacheco de Oliveira acerca dos processos de territorialização, apostando na noção de territorialidades específicas, cunhada por Alfredo Wagner de Almeida como a mais adequada para compreender as formas organizativas desse grupo étnico. O artigo evidencia os conflitos passados e contemporâneos, especialmente aqueles que envolvem a presença do Exército na região, que faz fronteira com a Bolívia e que ameaçam o direito das comunidades de permanecer em seu território. Emmanuel Farias Júnior insere o caso dos negros do Guaporé no processo de judicialização da política, identificado por Boaventura de Souza Santos como sinal da incapacidade – ou má vontade – política do Estado brasileiro em lidar com o caráter eminentemente político das demandas de povos indígenas, comunidades quilombolas, entre outros.

A resenha sobre o livro *Reminiscências dos quilombos – Territórios da memória em uma comunidade negra rural* (São Paulo: Terceiro Nome, 2012), produzida por Paula Balduino de Melo, descortina os principais debates teóricos, metodológicos e políticos contidos na obra. Seus comentários valorizam a pesquisa realizada na comunidade quilombola de Cambará e demonstram a riqueza de temas que permeiam a discussão da temática quilombos: etnicidade, memória coletiva, identidade, territorialidade, conflito, dentre outros que permitem refletir sobre o tema em questão e que motivam a leitura da referida obra.

A seção temática quilombos reforça a concepção de que os

1 Incra, instrução normativa n. 20, de setembro de 2005, artigo 3o: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

quilombolas ou *remanescentes de quilombos* não são apenas os descendentes daquelas comunidades de escravos que formaram núcleos de resistência durante a escravidão, como também os coletivos que, após a Abolição e abandonados à própria sorte, buscaram meios de sobreviver estabelecendo novas ocupações de terra. Ao demonstrar que a categoria *quilombo* está associada a um poderoso instrumento político-organizacional, esta seção temática busca contribuir para o debate a respeito do modelo historicamente excludente de nação e cidadania adotado em nosso país.¹ Esta seção temática é uma pequena expressão do trabalho desenvolvido por jovens pesquisadores, em sua maioria doutorandos, de diferentes instituições brasileiras, que encararam o desafio de debater a partir de diferentes campos de estudos um tema aglutinador e transversal: a existência dos quilombolas no cenário social brasileiro e sua luta pela efetivação de seus direitos, principalmente o territorial. Completados 10 anos da promulgação do decreto n. 4.887/2003 e 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988 e em tempos de desqualificação da reivindicação de direitos por comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, a questão quilombola prossegue marcada por um contexto de grande efervescência social e política, em decorrência dos vários processos desencadeados, que, ao tempo que impõem modalidades variadas de coerção, evidenciam novos atores e novas configurações sociais.

Por fim esta seção temática se coaduna com outras seções ou dossiês publicados nas últimas edições da *Ruris*, em que debatemos a questão das ruralidades como um processo que atinge tanto grupos étnicos em distintas situações históricas, quanto grupos genericamente denominados tradicionais, e revelam a grande plasticidade dos sistemas de classificação social e a fluidez das suas fronteiras.

Neste número, a revista *Ruris* apresenta também dois artigos que focam a questão da ruralidade no interior de Minas Gerais.

O artigo “Dinâmica da agricultura no estado de Minas

Gerais: análise diferencial-estrutural para o período 1994-2008”, de Suzana Bastos e Jéssica Gomes, contribui para o campo da economia aplicada ao campo da economia rural. Ao analisar a dinâmica da produção agrícola no estado de Minas Gerais em período recente, o estudo identifica quais foram os produtos dinâmicos nas mesorregiões mineiras, entre os anos de 1994 e 2008. Com presença de mesorregiões de base produtiva intensiva em tecnologia e com alta produtividade com outras cuja produção se baseia em baixa difusão tecnológica e voltada para a subsistência com presença de mão de obra familiar.

Já o artigo de Ana Paula Teixeira de Campos e Fábio Faria Mendes, “Redes sociais, comunidades eclesiais de base e sindicalismo rural: a experiência da *conquista de terras em conjunto* entre agricultores familiares da Zona da Mata mineira”, analisa como laços estabelecidos por relações de parentesco e vizinhança se articularam com o Movimento da Boa Nova e as comunidades eclesiais de base, gerando novas formas organizativas. Destaca-se o crédito rotativo como um elemento fundamental para a estratégia de compra das terras.

Finalmente, apresenta a resenha de Carla Jorge Machado sobre a sistematização dos estudos na área da Demografia rural.

Os artigos publicados foram examinados e aprovados por pareceristas externos, a quem agradecemos.

RENATA DA SILVA NOBREGA — Doutoranda/Programa de Pós Graduação em Sociologia/UNICAMP, Ceres/IFCH/UNICAMP

CARLOS EDUARDO MARQUES — Doutorando/Programa de Pós Graduação em Antropologia/UNICAMP, FEVALE/JEMG - NUQ/UFMG, Ceres/IFCH/UNICAMP